

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 026 - "B"

PRESIDENTE - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
1ª SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)
2ª SECRETÁRIO - DEPUTADO JAIR MARIANO

O SR. PRESIDENTE - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por quinze minutos.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:44 HORAS E REABERTA ÀS 09:02 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Declaro reaberta a presente Sessão.

Solicito ao ilustre Deputado Eliene que assumo a 1ª Secretaria.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há Ata para ser lida.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Não há Expediente a ser lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar duas Indicações:

1ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, a necessidade de adquirir carteiras escolares para a Escola de Soplência de 1º e 2º graus Tancredo Neves, no Município de Dom Aquino.

Com fundamento na Resolução nº 18/91, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação, mostrando a necessidade de adquirir carteiras escolares para a Escola de Soplência de 1º e 2º graus Tancredo Neves, no Município de Dom Aquino.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Melhorar a escola pública é garantir a qualidade de ensino que a sociedade anseia e que tem direito Constitucional; é preparar as novas gerações para um futuro que deve ser melhor; é auxiliar os jovens a desenvolverem todo o seu potencial em favor do bem comum e de si próprios para que alcancem a plenitude da vida humana.

Mato Grosso conta hoje com aproximadamente 2.331.663 habitantes, desses apenas 637.712 freqüentam escolas, segundo dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

O problema agrava-se ainda mais ao constatar-se que a rede física está em péssimo estado de conservação. Prédios velhos, com problemas nos sistemas hidráulico e elétrico, muitas sem muro, pobres de equipamentos didático-pedagógicos e até mesmo em material de reposição.

É necessário um esforço conjunto e único do Estado e da comunidade, visando a minimizar os problemas na área educacional do Estado, evitando que esse quadro desalentador continue a se repetir.

Na tentativa de melhorar e ampliar as condições de ensino em nosso Estado, vimos solicitar a aquisição de carteiras escolares para a Escola de Suplência de 1º e 2º graus Tancredo Neves, no Município de Dom Aquino.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este expediente alcance pleno êxito.

Sala das Sessões, 24 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

Gostaria de fazer um pedido, Sr. Presidente, ao Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, e ao Vice-Líder, para que possam encaminhar esse pedido, em mãos, porque ele é de suma importância para ajudar na educação do nosso Estado - infelizmente está faltando carteiras nas escolas.

2ª) Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, a necessidade de implantação do sistema de abastecimento de água para atender as comunidades Cidade Viva e Parque Independente, Município de Pedra Preta.

Requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, com fundamento na Resolução nº 18/91, desta egrégia Casa de Leis, seja encaminhando expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário-chefe da Casa Civil, ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Infra-Estrutura e ao Sr. Diretor-Presidente da SANEMAT, mostrando-lhes a necessidade de implantação do sistema de abastecimento de água para atender as comunidades Cidade Viva e Parque Independente, Município de Pedra Preta.

JUSTIFICATIVA

São várias as formas pelas quais a população consegue água para seu consumo. Independentemente da origem, a água exige e merece cuidadosa vigilância, pois mesmo aquela que sai de uma fonte limpa e cristalina pode esconder microorganismos que trazem contaminação para as pessoas e animais que a bebem. Mesmo debaixo do solo, ela está

sujeita a receber variados tipos de micróbios que depois se espalham, por consumo ou contato direto, ou ainda contaminando os alimentos irrigados.

Como nem todo o Estado recebe os cuidados devidos na captação e armazenamento, a água torna-se um perigoso difusor de doenças que assolam o homem do campo e que não perdoam nem os habitantes das grandes cidades.

Uma decorrência da falta de saneamento é a quantidade de pessoas que contraem doenças através da água ou da ingestão de alimentos contaminados. As mais comuns são: hepatite do tipo A, febre tifóide, leptospirose e cólera. Todas elas, se não diagnosticadas no início e se não receberem tratamento médico apropriado, podem evoluir para uma fase perigosa e eventualmente serem fatais.

Os perigos da contaminação através da água só seriam realmente resolvidos se houvesse condições de espalhar o fornecimento de água tratada e redes de coleta de esgoto para todos os municípios.

Nesse sentido, vimos solicitar que seja implantado o sistema de abastecimento de água para atender as comunidades Cidade Viva e Parque Independente, que muito vêm sofrendo com a falta desse líquido precioso para a saúde, que é a água.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de que este pleito alcance pleno êxito, tendo em vista sua importância.

Sala das Sessões, 24 de março de 1999.

Deputado JOSÉ CARLOS FREITAS - PPB

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados, parece brincadeira, mas quem teve a pachorra de abrir os jornais hoje tomou logo conhecimento de que o Governador vai adiar, tomou a decisão de adiar o pagamento do 13º salário - que ele não pagou em tempo hábil - para junho. De repente, ao chegarmos no mês de junho, corremos o risco de ver adiado para dezembro, postergando o cumprimento de uma obrigação constitucional, legal, moral, com os servidores públicos.

O que impressiona nessa atitude do Governo é que não há uma explicação lógica, porque o Governo - como nós analisamos ontem - vai ser beneficiado com uma massa de recursos razoável, uma massa de recursos além da arrecadação normal, então, como ele não consegue pagar 12 milhões de reais, que é o valor da folha de pagamento que ele, erradamente, não cumprindo a Constituição, não cumprindo a Lei, não saldou - ele não quitou os vencimentos correspondentes ao 13º salário de dezembro de 1998!

Ou seja, daqui a pouco ele joga esse passivo trabalhista para pagamento através de precatórios, como já ocorreu em outros passivos que ele transformou em precatório, em função de ações judiciais, como é o caso dos delegados de polícia - que, inclusive, estão pedindo intervenção federal no Estado de Mato Grosso -, do Grupo TAF, da Secretaria de Fazenda e da Polícia Militar, com os quais ele não honrou precatórios, ou seja, ordens judiciais para pagamento de dívidas consolidadas, sob decisão judicial.

O Governador Dante de Oliveira está, sistematicamente, se negando a cumprir decisões judiciais e negando as suas próprias decisões, quando ele falou que ia pagar agora em março o 13º salário dos servidores que ganham acima de R\$800,00. E coloca os servidores que, aparentemente, vamos dizer assim, “ganham bem”, entre aspas, porque o que acontece é que a grande massa dos servidores públicos estaduais ganha um salário médio

muito rebaixado, e aquele que tem um salário um pouco mais elevado é considerado - caiu de moda falar em marajá - um funcionário “bem”... Literalmente, é uma classe média funcional, corporativa - não no mal sentido, no sentido sociológico -, que é fundamental para a estabilidade do Governo, para a governabilidade, para que o aparelho do Estado deixe fluir as suas decisões e faça cumprir o que o mandatário manda.

Como querer que o serviço público seja de qualidade se o próprio mandatário se nega a cumprir as suas próprias ordens? É o princípio da anarquia! Esse é o Governo do Sr. Dante de Oliveira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero fazer um elogio a um Deputado aqui desta Casa de Leis. Ele não é do meu Partido, é de outro Partido, aliás, andou dando umas alfinetadas no meu Partido, mas quando é para elogiar nós temos que elogiar, é o Deputado Gilney Viana. Ele veio para esta Casa de Leis discutir uma questão séria que o País vem passando.

Eu, há alguns dias, ao visitar o Governador Itamar Franco, junto com o Deputado Elarmin Miranda, tive a oportunidade de sobrevoar o Estado de São Paulo e fiquei decepcionado com esse Estado que todos dizem ser um Estado rico, bonito e poderoso. Cheguei a falar para o Deputado Elarmin Miranda que o Estado de São Paulo está todo deteriorado, todo dilapidado, todo destruído na questão ambiental. Não existe nem mesmo preservação nas margens dos rios. Aliás, já fiz um discurso a esse respeito na tribuna da Câmara Municipal de Rondonópolis.

Chamam os homens que não são índios de homens civilizados, e os índios de não civilizados - geralmente falam: “os civilizados”... É engraçado, mas a única região no Município de Rondonópolis em que existe preservação nas margens dos rios é na área indígena dos índios Bororo e Tadarinama. É lamentável que esses conhecedores, esses homens sábios, que muitas vezes mostram por aí, são os que mais degradam o meio ambiente com agrotóxicos, fazendo um discurso demagógico e barato!

Eu acho - e hoje eu vi várias entrevistas do Deputado Gilney Viana na televisão - que está chegando aqui um novo Deputado, com uma nova idéia, uma nova proposta, que é o imposto ecológico, e eu vejo isso com bons olhos, para a preservação do meio ambiente.

Um terço do Território do Estado de Mato Grosso está no Pantanal. Quinze por cento da superfície da terra sofrem algum grau de desertificação. A destruição das florestas em grande escala já atinge 46% das matas originais do Planeta. Esses são dados técnicos! O pessoal fala de reflorestamento, mas até hoje nunca houve, só desmatamento!

As queimadas, em 1997, foram 50% mais extensas do que as do ano anterior - esses são dados estatísticos que nós levantamos!

E eu queria aqui dizer, Sr. Presidente, que o Pantanal abriga mais de mil espécies diferentes de animais, algumas ameaçadas de extinção! E temos aqui também o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães carecendo de efetivo controle e sérias e eficazes ações do Governo na sua preservação. No Nordeste do Estado nós temos o Parque Nacional do Xingu, o mais conhecido do Brasil...

A expansão da fronteira agropecuária é a base da nossa economia, mas essa expansão que por um lado desenvolve o Estado, por outro é um dos fatores de degradação e

deve ser objeto de constante preocupação, inclusive dessa Casa, com a criação de uma Comissão Permanente, como mais um organismo da sociedade para, em conjunto com outras entidades, debater e buscar soluções diuturnamente.

Eu quero comunicar, Sr. Presidente, que estamos entrando com um Projeto de Resolução para criar uma Comissão Permanente de Meio Ambiente na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria que a responsabilidade por essa Comissão não ficasse somente nas mãos do Deputado Gilney Viana. Eu acho que essa responsabilidade tem que ser distribuída para outros colegas Deputados também.

Eu acho que o Deputado Silval Barbosa, que não está aqui, mas que é lá do Nortão, tem que colocar a realidade política do Nortão, assim como outros Deputados, como o Deputado Pedro Satélite, que conhece a realidade do Nortão, que realmente sabe como é. Eu acho que essa Comissão Permanente do Meio Ambiente é uma Comissão que tem que existir!

O Projeto, Sr. Presidente, diz o seguinte: "Fica desmembrada a Comissão de Terras e Meio Ambiente em Comissão de Terra e Comissão de Meio Ambiente". Art. 3º "À Comissão de Terras concerne opinar sobre reforma agrária e patrimônio fundiário do Estado". Art. 4º "À Comissão de Meio Ambiente concerne opinar sobre ecologia e todos os demais assuntos diretamente relacionados..

O SR. PRESIDENTE (FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informamos ao nobre Deputado que dispõe de mais um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só estou definindo qual seria o papel de cada Comissão. Então, eu quero, Sr. Presidente, colocar esta matéria em pauta e terminar minha fala.

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, permita-me usar deste artifício regimental só para apoiar a iniciativa do Deputado Zé Carlos do Pátio. E quero dizer que até gostaria de ter tido essa iniciativa, mas me senti moralmente perdido, porque era como legislar em causa própria. Na verdade, eu acho que carece à Assembléia Legislativa ter uma Comissão Permanente específica para esse assunto. Eu vou examinar o formato oferecido pelo Deputado Zé Carlos do Pátio e, conforme for, apor emendas para que ele possa ficar mais "redondinho", vamos dizer assim.

Mas, eu quero dizer ao Deputado Zé Carlos do Pátio, ao Sr. Presidente e aos demais membros, que a questão ambiental, longe de ser uma questão secundária, longe de ser uma questão marginal, é uma questão central da economia e da vida, principalmente após o advento da civilização industrial, que consome de uma forma exacerbada os recursos naturais! Chegou-se ao limite em que o homem e esse tipo de civilização podem conviver com esses processos produtivos e de consumo que não têm sustentabilidade.

E é por isso que vem uma onda verde internacional. Eu diria ao nobre Deputado que lá na Alemanha, que é uma potência econômica, o Partido Verde é governo! E governo com poder, não é marginalmente como acontece aqui no Estado de Mato Grosso, em que às vezes, marginalmente, se dá uma pequena brecha no poder. Nós queremos que essa mentalidade não seja expressa apenas por um partido, por um Deputado, mas que ganhe a compreensão... É por isso que institucionalizar um mecanismo para examinar os projetos, as

proposituras e discutir, estabelecer um foro de debate, que possa socializar essas idéias é fundamental na Assembléia Legislativa. É oportuno, é politicamente correto, é ambientalmente saudável a iniciativa do Deputado Zé Carlos do Pátio, que afora, de vez em quando, “chutar o pau da barraca”, como se diz na gíria, tem cabeça e mostrou que veio aqui não só para honrar o seu eleitorado, mas para contribuir com a sociedade mato-grossense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, a ilustre Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria - o Sr. Presidente e o Sr. 1º Secretário não estão aqui - de dizer que nós estamos recebendo uma série de reclamações, inclusive com cópias de extrato, demonstrando o desconto do empréstimo, novamente, na conta de alguns funcionários. Nós gostaríamos que isso fosse visto pela Casa...

(NESTE MOMENTO, AS GALERIAS SE MANIFESTAM)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - De todo mundo? Eu estou sendo informada que é de todo mundo, de novo! Não tem aquele desenho animado: “De novo...” O empréstimo que foi feito para pagar os funcionários é descontado, agora todo mês, do salário dos funcionários, e tem que reclamar para reverter isso. Mês passado eu reclamei e reverteu rápido, por isso não estou muito preocupada. Espero que este mês aconteça da mesma forma.

Em segundo lugar, quero falar sobre essa vergonha que vimos, hoje, no jornal *Folha do Estado* - mais uma vergonha do Governador. Ele anuncia, em grande estilo, que vai pagar o 13º em junho! Esse “cara” deveria estar na cadeia, pelo amor de Deus! Temos que conclamar o Judiciário a tomar uma providência urgente! Decretar a prisão desse senhor! Não, não precisa nem prever a prisão dele, porque já tem muito motivo para ele estar preso.

É um absurdo, meus Senhores, pagar 13º em junho, e isso é anunciado em alto estilo! E o que é pior, já há uma decisão na Justiça determinando que ele pague! Justiça não existe para Dante de Oliveira? Eu pergunto: qual cidadão de Mato Grosso vai pensar em seguir uma determinação da Justiça, como todos deveriam ter isso como ponto pacífico, quando o Poder maior, em termos de Executivo neste Estado, se alevanta - como diz o outro - e não obedece a nenhuma determinação judicial? É na Saúde, é na Educação, é na segurança...

Ontem eu recebi uma Comissão, um grupo de pessoas da Polícia Militar - eles estavam preocupadíssimos porque não podem aparecer, mas estavam desesperados. Pasmem, Senhores: foi cortado o salário-família. Salário-família não é lei neste País? Eu já estou ficando com dúvidas! Ele cortou o salário-família, vai cortar a partir do próximo mês a gratificação por tempo de serviço, os 02% por ano, e há perspectiva de corte de pagamento de gratificação por periculosidade para a polícia também.

Senhores, não há mais lei! Não há mais lei neste Estado para Dante de Oliveira, ele é o todo-poderoso, ele pode tudo!

Por fim, eu só quero registrar - infelizmente não vai dar para ler - o recebimento de um documento elaborado num encontro que ocorreu em São Félix do Araguaia. Eu só vou ler o cabeçalho, Sr. Presidente:

“Nós, caciques e lideranças indígenas reunidos em São Félix do Araguaia, Mato Grosso, de 08 a 10 de março do corrente, vimos por meio desta encaminhar documento anexo para conhecimento de V. Ex^a e solicitar apoio e as providências cabíveis para as decisões tomadas pelas lideranças indígenas nesse encontro.”

Não vou ler o documento, por falta de tempo, mas lerei quem o subscreveu:

“Terra Indígena Xerente, Terra Indígena Craô, Terra Indígena Pinagé, Terra Indígena Cricatin, Terra Indígena Xambiúa, Reserva Indígena Pimentel Barbosa, Reserva Indígena Areões, Terra Indígena Urubu Branco, Terra Indígena Apirapé Acarajá, Terra Indígena São Domingos, Parque Indígena do Araguaia.”

Há ainda um abaixo-assinado anexo, que eu não vou ler porque o tempo não permite. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência comunica à Deputada Serys Slhessarenko que determinará à Secretaria de Administração que tome as providências cabíveis em relação à denúncia de V. Ex^a.

Com a palavra, o nobre Deputado Elarmin Miranda.

O SR. ELARMIN MIRANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria apenas registrar, em relação à fala da Deputada Serys Slhessarenko, que juridicamente o Poder Executivo tem o dever de fazer cumprir a lei. O Poder Executivo só pode exigir que o cidadão cumpra a lei, se ele a cumprir. E aqui vem a informação de que o Governo não pagou o 13º salário!

Nunca vi na história da República um Governo como este, que administra o Estado com uma maioria esmagadora, que desequilibra Partidos para governar e, não se sabe a que preço, pode de maneira reiterada e sistemática pisotear a lei. Há liminar na Justiça para que se cumpra a lei, e ela não é cumprida! Aqui nós representamos um Poder da República! Eu jurei por esta Constituição, como juraram V. Ex^{as}! E este juramento implica em obedecer a lei. E a Lei diz que a harmonia dos Poderes existe quando se respeita a decisão do Poder Judiciário, mas o Poder que aí está agride o Judiciário! O Judiciário tem validade quando processa o negro, quando processa o índio, quando processa a mãe abandonada, mas quando é contra o Poder Executivo, o Poder Judiciário fraqueja! Eu lamento profundamente que no linear do ano 2000 o Poder Executivo faça isso!

Ao mesmo tempo, Deputado José Carlos Freitas, em que não se paga o 13º salário, o jornal *Folha do Estado* denunciou ontem que o PRODEAGRO virou uma casa de accertos subalternos. Não são minhas palavras, Deputado Benedito Pinto, são do jornal *Folha do Estado*, de uma ONG que tem sede no Rio de Janeiro. A ONG disse, nessa denúncia formal, que lamentava o Ministério Público permitir que houvesse o que está havendo dentro do PRODEAGRO. Malversa-se o dinheiro público, manipulam-se licitações, nega-se salário aos servidores do Estado! Até quando este Poder vai ficar quieto? Até quando o Poder Legislativo vai perder a sua independência?

Quero aqui dizer, mais uma vez, que o Poder Executivo que aí está dá uma demonstração ruim às seis faculdades de Direito. Os acadêmicos de Direito têm que reagir, as faculdades de Direito têm que reagir, os estudantes universitários de direito têm que sair da sala de aula e ir para a Justiça exigir que justiça seja feita. Ou nós vamos ficar aqui, como Deputados, defendendo um Poder que só aplica lei para negro e para pobre? Ou nós vamos aqui nesta tribuna continuar sustentando que o Poder Judiciário é para as elites? Porque se tem uma Justiça ágil, uma Justiça que pune o trabalhador, mas que não pune o Poder Executivo, que tem medo de enfrentar o Poder Executivo! Isso a Assembléia não pode permitir!

Aqui tem que se fazer o jogo claro dos poderes. Estou afirmando a V. Ex^{as} que eu vou às universidades conclamar os acadêmicos de Direito para que eles saiam, Deputado

Zé Carlos do Pátio, dos bancos escolares e vão ao Ministério Público propor ação popular para saber, através de ação popular, o que ocorre no PRODEAGRO. Ação popular é uma ação Constitucional, de cidadania, e o brasileiro tem que exercitá-la diariamente. Quando o Brasil tiver consciência de que através da Justiça pode-se moralizar os poderes, inclusive este Poder que eu integro, com certeza teremos um País melhor.

Aqui não se pode mais admitir que os olhos fiquem vedados aos desmandos do Poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. O jogo tem que ser claro, e este jogo claro começa quando se abre as contas do Poder Executivo. Muito brigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Esta Presidência registra, com prazer, a presença do Vereador Avelar Mercante em nossas galerias, Presidente do PMDB de Terra Nova.

Sobre a mesa, duas Indicações de autoria do Deputado Pedro Satélite.

1ª) INDICAÇÃO: Requeiro à Mesa, com base na Resolução nº 18/91, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança, mostrando a necessidade de uma viatura para a Polícia Civil de Itaúba, para atendimento no Município de Nova Santa Helena.

JUSTIFICATIVA

Nova Santa Helena é um Município recentemente criado, a partir do desmembramento de Itaúba e Marcelândia, e sua instalação dar-se-á somente no ano 2000, por força da Legislação vigente.

Entretanto, já se faz necessária a viabilização dos meios de segurança capazes de garantir melhorias de condições de vida a seus munícipes.

O atendimento a esse pleito concorrerá para dotar o citado município de uma infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento. Portanto, conclamamos o apoio do Sr. Governador, bem como dos demais Pares desta Casa, no sentido de aprovarem a presente Indicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 1999.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

2ª) INDICAÇÃO: Requeiro à Mesa, com base na Resolução nº 18/91, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, extensivo ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT, mostrando a necessidade de implantação do sistema de telefonia convencional no Município de Nova Santa Helena.

JUSTIFICATIVA

Nova Santa Helena é um Município recentemente criado, cuja instalação dar-se-á no ano 2000, por força da Legislação vigente.

É preciso, entretanto, que o citado Município seja dotado de infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, como, por exemplo, a implantação dos meios de comunicação, que, sem sombra de dúvida, concorrerão não só para viabilizar a instalação de indústrias, como também para oferecer melhoria de condições de vida a seus munícipes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Cientes da importância desse pleito, conclamamos o apoio do Sr. Governador, bem como dos nobres Pares desta Casa, para que aprovem essa Indicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 1999.

Deputado PEDRO SATÉLITE - PMDB

Não havendo mais orador inscrito no Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente. Antes de passar a palavra ao Deputado Zé Carlos do Pátio, solicito ao Deputado Eliene que assuma a Presidência.

(O SR. DEPUTADO ELIENE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:40 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE – Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, Senhoras e Senhores:

Eu acredito que esta Assembléia Legislativa vem, gradativamente, cumprindo seu papel. Quando eu cheguei aqui, estava confiante porque nós éramos dezesseis Deputados da Oposição e apenas oito davam sustentação ao Governador. Depois, houve uma certa articulação, com a qual o Governador conseguiu a maioria, mas, gradativamente, eu estou sentindo que a Assembléia Legislativa está buscando equilíbrio. Ontem, nós tivemos uma votação nesta Casa de Leis, que foi de 11 a 10, e queria aqui dizer que o Governador - graças às ações da Oposição - já procurou acatar a diminuição da alíquota do ICMS para os veículos novos.

Eu quero parabenizar a Bancada da Situação, porque ontem ela acatou, através da Bancada de Oposição, do Deputado Humberto Bosaipo, o encaminhamento do pedido de urgência para votação do Projeto de Lei que reduz o IPVA, que revoga a Lei nº 7.098 de 30 de dezembro, do ICMS.

Isso já é um avanço! Hoje, nós poderíamos colocar essa matéria para ser votada aqui, mas nós vamos sentar e buscar um caminho para que o Governador acate a idéia de reduzir esse percentual - que ele pense, que ele coloque, para não haver mais confronto. Mas nós vamos, a Bancada de Oposição, gradativamente, junto com a Bancada da Situação, buscar caminhos para a Assembléia Legislativa. Essa é uma das preocupações que tenho, meus caros colegas Deputados.

E eu quero elogiar o discurso do Deputado Hermínio J. Barreto, o discurso do Deputado Silval Barbosa e de outros Deputados que colocaram ontem que não podem mais aceitar o imposto do IPVA alto como está, e que estão dispostos a conversar com o Governador para reduzir esses impostos.

Quero dizer, aqui nesta Casa de Leis, que muitas questões me preocupam. Eu acabei de receber um telefonema urgente, de um Comando da Polícia Militar, a respeito do despejo de trabalhadores da Fazenda Santa Maria, no Município de Pedra Preta. Isso a lei cumpre! Isso terá que ser cumprido, porque a lei está exigindo, porque a lei está cobrando - e eles têm que ser despejados, senão o responsável poderá responder por prevaricação.

Mas eu quero saber quando vai ser cumprida a liminar que obriga ao pagamento do 13º salário! Ontem, uma senhora com o nome de D. Leda - ou D. Lena, não sei - me procurou e falou que gasta em torno de R\$180,00 com cada remédio que compra, e ela vive de salário. Além de estar atrasado o 13º salário, o salário do mês também está atrasado e ela não tem como pagar o remédio - ela é aposentada do Estado de Mato Grosso!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE MARÇO DE 1999, ÀS 08:00 HORAS.

Então, eu quero aqui, caros colegas Deputados, falar da minha perplexidade com as questões do Governo e dizer que nós temos que rediscutir isso que está acontecendo.

Nós encaminhamos uma denúncia ao Ministério Público a respeito da alíquota do ICMS. Um dos argumentos que nós usamos foi a capacidade contributiva do cidadão! O País teve uma inflação de 2% e o cidadão está pagando 40% a mais pela energia elétrica, devido ao ICMS aumentado pelo Governador!

Quero aqui dizer que essa modificação que nós vamos aprovar, a respeito do meio ambiente, é uma nova discussão que tem que ser travada na Assembléia Legislativa.

Para terminar, Srs. Deputados, Sr. Presidente, quero aqui dizer para V. Ex^a que nós temos que discutir realmente um novo encaminhamento para as questões políticas do Estado de Mato Grosso, na Assembléia Legislativa - que já mudou muito! Esta Assembléia hoje tem equilíbrio e está discutindo os interesses públicos muito mais do que antes! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Suspendo a Sessão por cinco minutos, tendo em vista que recebemos a visita do Prefeito de Várzea Grande, e alguns Deputados estão solicitando uma reunião na ante-sala.

(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 09:47 E REABERTA ÀS 09:57 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE - Está reaberta a presente Sessão e, visualizando a inexistência de *quorum*, a Presidência declara levantada a presente Sessão.

Compareceram à presente Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Frente Liberal - Humberto Bosaipo; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Elarmin Miranda, Zé Carlos do Pátio e Pedro Satélite; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Slhessarenko; da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - Joaquim Sucena; da Bancada do Partido Progressista Brasileiro - José Carlos Freitas; do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania - Alencar Soares (PSDB), Carlos Brito (PSDB), Carlão Nascimento (PSDB), Eliene (PSB), Jair Mariano (PPS) e Rene Barbour (PSDB); do Bloco Parlamentar Autonomia - Benedito Pinto (Sem Filiação Partidária), Hermínio J. Barreto (PL) e Wilson Teixeira Dentinho (PMDB).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Emanuel Pinheiro, Everaldo Simões e Moacir Pires, do PFL; Roberto Nunes (PSDB) e Riva (PSDB), do Bloco Parlamentar Frente e Cidadania; Amador Tut (PL) e Silval Barbosa (PTB), do Bloco Parlamentar Autonomia.

Em virtude do feriado da Semana Santa, esta Presidência comunica a próxima Sessão para terça-feira, dia 06 de abril, no horário regimental.

Declaro levantada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.
Conferida por Regina Céli Arruda